

«... Na tua cúria romana, irmão Francisco, há uma legião de presbíteros celibatários que não têm, na prática, nenhum trabalho ministerial [...] Ora, seria assim tão absurdo enviar todos esses clérigos célibes da cúria para regiões perdidas do Brasil, do Chade ou de Tehuantepec, de forma a que os cristãos dessas terras pudessem exercer o seu direito de celebrar a eucaristia?»»



«Mais do que um guia, Francisco converte-se num companheiro de caminhada».

Irmão Francisco

(Carta ao bispo de Roma
sobre a querida Amazónia)

Irmão Francisco

Nem sequer sei se irás ler esta carta. O estilo epistolar transformou-se, para mim, num género literário: é que, imaginar do outro lado, um interlocutor, ajuda-me a expressar-me melhor.

De qualquer modo, pretendia comentar um pouco a tua recente decisão sobre a **ordenação presbiteral de homens casados**, a propósito do Sínodo da Amazônia. Mais do que de uma negativa, é duma não decisão que se trata: **não abriste uma porta, mas, também, não cerraste o ferrolho.** Suponho que por temeres um cisma nesta Igreja, onde existe um setor que não se cansa de te atirar pedras para a engrenagem, e que, desta vez, se sentiu apoiado por todo um clamor mediático, que dava a impressão de que este era o ponto mais importante de todos os temas abordados no Sínodo. E, também, por temor daqueles a quem já se referia Engels, numa célebre carta sobre o socialismo nascente, em que dizia que, quando surge um novo empreendimento, todos os frustrados a ele se acolhem, para o usar em benefício próprio, e não em favor dos destinatários desse mesmo empreendimento.

É por todas estas razões que tento compreender-te. Posso gabar-me, além disso, de ter escrito algumas páginas em louvor do celibato,

reconhecendo, muito embora, **o enorme perigo da solteirice**, e concluindo que, só dará um bom testemunho do celibato quem, humildemente, se atrever a confessar que o seu celibato o ensinou a amar.

Com base nesta postura pessoal, gostaria de contribuir com algumas reflexões, com a pretensão – tão estranha, hoje em dia – de que não valham pela autoridade de quem as profere (que, neste caso, é nula), mas sim, pela verdade do que nelas se afirma.



1. Há uma frase no evangelho que creio trazer gravada na alma, em que Jesus profere aquelas duras palavras: **“Hipócritas! Descurais a vontade de Deus, para vos aterdes às tradições dos vossos maiores”** (Mc 7, 6-8). Quando jovem e em jeito de provocação, escrevi que estas palavras deviam estar escritas na fachada da basílica de São Pedro do Vaticano, em vez das que lá se encontram: “tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”...

Pois bem, ao reler estas palavras de Jesus, duas coisas me parecem evidentes: a vontade de Deus é que todos os cristãos (incluindo os da Amazônia) possam celebrar a eucaristia. O mandamento **“faizei isto em memória de mim”** (Lc 22,19) é válido para todos os cristãos, sejam eles korubos, pirikpuras, ou romanos. Em contrapartida, **a lei do celibato não é um mandamento divino, mas uma tradição humana**, apenas: por muito venerável que seja, não passa de uma tradição humana.

2. Também penso no conselho que te deu um bispo brasileiro, quando te confiou o ministério de Pedro: **“Não te esqueças dos pobres”**.

E vem, agora, a propósito recordar o argumento que, noutras ocasiões, é apresentado por quem defende posições mais conservadoras:

lembrar-se dos pobres não é, apenas, lembrar-se dos seus direitos humanos espeznhados, mas também, procurar que tenham possibilidade de acolher

Cristo. Se a norma do celibato é diferente no mundo dos pobres do que é no nosso mundo rico, não parecerá estarmos, aqui, perante a aplicação do celeberrimo discurso do bispo Bossuet sobre a eminente dignidade dos pobres na Igreja? Dizia o famoso orador: “no mundo, os primeiros são os ricos, na Igreja, os primeiros são os pobres; no

mundo, os favores e privilégios são para os ricos, enquanto que, na Igreja de Jesus Cristo, as graças e bênçãos são para os pobres” ... Quão longe estamos desta situação, desgraçadamente. Porém, não viria nenhum mal ao mundo, se algum gesto bem forte no-la recordasse.

3. Ou então, **num plano mais extravagante e bem-humorado**, pode recorrer-se a outra solução, para que aqueles desgraçados não continuem privados de eucaristia. **Na tua cúria romana, irmão Francisco, há uma legião de presbíteros celibatários que não têm, na prática, nenhum trabalho ministerial**. Há, mesmo, alguns que são bispos sem Igreja, em contradição com a proibição expressa do Concílio de Caledónia (já em 451). Tenta-se iludir esta proibição, atribuindo-lhe uma igreja inexistente. O que parece constituir uma verdadeira hipocrisia que, já Bento XVI, pretendeu eliminar, sem que a cúria o tenha permitido.



Ora, seria assim tão absurdo enviar todos esses clérigos célibes da cúria para regiões perdidas do Brasil, do Chade ou de Tehuantepec, de forma a que os cristãos dessas terras pudessem exercer o seu direito de celebrar a eucaristia? **A cúria romana podia ficar a cargo de leigos fiéis (“*virii probati*”, também eles), casados e pais de família. É que não há nenhuma lei eclesial que exija o celibato para se poder trabalhar numa repartição, por mais importante ou sagrada que esta seja. Dariam uns excelentes “burocratas cristãos”, (na expressão resignada e cheia de humor de um irmão nosso jesuíta, que passou toda a sua vida como secretário de uns e de outros).**



Müller, junto a Sarah e ao irmão de Bento XVI, Georg Ratzinger

Tudo isto parece uma patacoada? Talvez. Mas o certo é que para grandes males grandes remédios, e onde as coisas estão mal repartidas, há que procurar reparti-las bem. Em qualquer dos casos, **seria uma excelente oportunidade para homens como o cardeal Sarah ou o cardeal Muller, poderem demonstrar o sentido ministerial do celibato.**

4. Fora de brincadeira: **sobre este assunto todos pensamos andar em busca da vontade de Deus.**

Por que razão, pois, não colocar toda a Igreja em estado de oração, a fim de alcançar aquele pedido de Santo Inácio: “que conheçamos a sua santa vontade e a consigamos cumprir?”. Quando, na nossa oração, fazemos esse pedido, está mais que provado que a nossa petição será atendida.

Um abraço bem fraterno e bem reverente, por mais virtual que seja.

JOSÉ IGNACIO GONZÁLEZ FAUS

https://www.religiondigital.org/miradas_cristianas/Hernano-Francisco-faus-sinodo-amazonia-curia-sarah-celibato-muller_7_2205149475.html (17.02.2020)

Estamos perante uma bomba-relógio com temporizador que regula o momento da explosão, pois, quando esta se der, deitará por terra esta velha igreja que, morta em vida, vem afetando o caminho da Igreja de Cristo.

O documento “Querida Amazonia” veio defraudar os progressistas mais entusiastas, e despertar, entre os fundamentalistas, suspiros de alívio.

(Bernardo Pérez Andreo)

o recuo do Papa Francisco: não haverá espaço para padres casados na exortação apostólica



A notícia era esperada para esta quarta-feira, 12 de fevereiro, mas a agência de imprensa dos bispos dos EUA, *Catholic News Service*, antecipou-a: o texto do papa não conterà as

aberturas solicitadas pela grande maioria dos prelados da Amazônia. Nada de concreto, portanto, após o Sínodo ter pedido a **ordenação de homens casados**, em outubro de 2019, com cento e vinte e oito *placets* contra quarenta e um *non placets*.

A reportagem é de FRANCESCO ANTONIO GRANA, publicada em *Il Fatto Quotidiano*, 11-02-2020.

Nenhuma abertura à introdução de padres casados. Quem dá a notícia é o próprio **Papa Francisco**, dirigindo-se a um grupo de bispos dos Estados Unidos, de visita ao Vaticano. A vinte e quatro horas da publicação da ansiada exortação apostólica pós-sinodal sobre a Amazônia, Bergoglio, de acordo com a agência de imprensa dos bispos dos EUA, *Catholic News Service*, antecipou a notícia de que o texto não conterà as aberturas pedidas pela grande maioria dos prelados daquela região.

Para o bispo de Salt Lake City, D. Oscar Azarcon Solis, o papa deu aos prelados a impressão de que o tema de remediar a carência de sacerdotes em algumas partes remotas da Amazônia, com a ordenação sacerdotal de diáconos casados, irá ser objeto de um discernimento futuro, mas não atual.

O arcebispo de Santa Fé, Dom John Charles Wester, explicou que, essencialmente, o papa disse que, sobre o tema da ordenação dos padres casados, ele não sentiu que o Espírito Santo estivesse, neste momento, exercendo a sua ação.

Caso encerrado, também, para o caso das mulheres diaconisas e para o rito amazônico, duas propostas que surgiram durante o debate dos padres sinodais.

Nada, de concreto, portanto, após o Sínodo ter pedido a ordenação de homens casados, em outubro de 2019, com cento e vinte e oito *placets* contra quarenta e um *non placets*.

Na opinião dos padres sinodais, “considerando que a legítima diversidade não prejudica a comunhão e a unidade da Igreja, mas a manifesta e serve (LG 13; OE 6), o que é atestado pela pluralidade dos

ritos e disciplinas existentes, propomos estabelecer critérios e disposições, por parte da autoridade competente, no âmbito da *Lumen gentium* 26, para a ordenação como sacerdotes de homens idôneos e reconhecidos pela comunidade, que tenham um diaconato permanente fecundo, e recebam uma formação adequada para o presbiterado, podendo ter uma família legitimamente constituída e estável, para sustentar a vida da comunidade cristã, mediante a pregação da Palavra e a celebração dos Sacramentos, nas áreas mais remotas da região amazônica. A este respeito, alguns manifestaram-se a favor de uma abordagem universal da questão”.

É um esclarecimento não insignificante que acolhe a proposta que surgiu, durante o debate, de convocar, no futuro, um Sínodo dos Bispos sobre o celibato sacerdotal. E é muito provável que o papa tenha feito referência, precisamente, a este pedido para adiar a sua decisão sobre a questão dos padres casados.

Nestes meses de espera, a pressão para que Bergoglio não aceitasse esta proposta dos padres sinodais foram muito fortes. Começando pelo cardeal Camillo Ruini, ex-presidente da Conferência Episcopal Italiana: “na Amazônia, e também noutras partes do mundo – explicou o purpurado –, há uma grave carência de sacerdotes, e, dum modo geral, as comunidades cristãs permanecem desprovidas de missa. É compreensível que haja um impulso para ordenar sacerdotes diáconos casados, e foi nesse sentido que o

Sínodo se orientou maioritariamente. Na minha opinião, porém, trata-se de uma escolha equivocada. E espero e rezo para que o papa, na próxima exortação apostólica pós-sinodal, não a confirme”.

Ainda mais premente foi o pedido feito por Bento XVI e pelo cardeal Robert Sarah, prefeito da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, num controverso livro a quatro mãos, do qual o papa emérito retirou a assinatura, na sequência dalgumas polémicas. Tanto Ratzinger como o purpurado defendem o celibato sacerdotal, apelando a Francisco para que não opte pela solução dos padres casados.



Mas o próprio Bergoglio, sobre este ponto, muito antes do Sínodo sobre a Amazônia, já tinha sido muito claro: “lembro-me – disse o papa – daquela frase de São Paulo VI: ‘Prefiro perder a vida, a ter de alterar a lei do celibato’. Lembrei-me dela e quero repeti-la, por se tratar duma frase corajosa, pronunciada num momento mais difícil do que este, 1968, 1970... Pessoalmente, acho que o celibato é um dom para a Igreja... Não concordo com a permissão do celibato opcional, de modo nenhum”. Palavras claras que agora surgem, de novo, na sua exortação apostólica.

para ler a Exortação **“QUERIDA AMAZONIA”** na íntegra, aqui:

http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html

“O papa tomou a decisão possível, a que menos dano podia trazer à Igreja”



O Papa tomou a decisão possível, a que menos dano podia trazer à Igreja neste momento, tal como estão as coisas. E essa decisão é, nas circunstâncias presentes, manter a Igreja unida, evitando um possível (e talvez provável) cisma ameaçador. Uma Igreja dividida é uma ameaça mais perigosa do que uma Igreja em que o clericalismo integrista continua a deter demasiado poder.

É melhor esperar. Mesmo que isso possa parecer cobardia. Penso que, neste momento, é um mal menor. Com certeza que todos sentimos necessidade de ver a realidade da transformação que se está a operar na sociedade e na Igreja, e que é – sem qualquer dúvida – uma mudança mais profunda e mais imparável do que a que imaginamos.

Em qualquer dos casos, seria conveniente que todos nós tivéssemos bem presente, na presente situação, a definição dogmática que o concílio Vaticano I, em 1870, produziu, na Constituição dogmática “*Dei Filius*”: os cristãos “devem crer com fé divina e católica todas as coisas contidas na palavra de Deus escrita ou

objeto da tradição, e que são propostas pela Igreja, a fim de serem cridas como divinamente reveladas, quer por solene juízo, quer pelo seu magistério ordinário e universal” (Denzinger – Hünermann, n.3011). Tudo o que não esteja contido nesta definição dogmática com absoluta segurança, pode ser modificado pela autoridade eclesiástica competente. Como sabemos, esta autoridade reside no papa.

Ora, os problemas eclesiásticos mais sérios e urgentes colocados no Sínodo da Amazônia, **são questões que, de modo nenhum, estão no âmbito da definição dogmática** que acabo de referir.

Nem a lei do celibato, nem a desigualdade de direitos entre mulheres e homens na Igreja são problemas de fé e, portanto, inamovíveis no seio dessa mesma Igreja. Nestes assuntos,

o papa pode decidir o que achar mais conveniente, e quando o julgar possível para o bem da sociedade e da Igreja.

Uma semana antes da renúncia de Joseph Ratzinger ao pontificado, um altíssimo cargo no governo da Igreja, numa conversa privada de quase duas horas, ele disse-me o seguinte:

“A Igreja não pode cair mais fundo do que já caiu”. Uma instituição tão grande e tão afundada não se ergue, de novo, em meia dúzia de anos. Sobretudo quando essa instituição acarreta consigo problemas muito graves, que se não podem resolver por decreto. Se não se renovar a teologia, a liturgia, o sistema de nomeação dos bispos, o Direito Canónico e os inconfessáveis vínculos do clero com o capitalismo, os outros problemas – de que nos queixamos com razão –, a atualização desta vetusta instituição não se consegue com uma decisão ou um documento do papa.

Posto isto, a minha proposta é esta: em vez de

perdermos tempo a criticar o papa, unamo-nos todos a ele. Só assim conseguiremos dar os necessários passos em frente.

A renovação da Igreja não é uma questão de decreto. Trata-se de uma forma de viver. Sim de viver como Jesus nos ensinou no Evangelho.

JOSÉ MARÍA CASTILLO

https://www.religiondigital.org/teologia_sin_censura/Jose-Maria-Castillo-amazonia-decision-papa-esperar_7_2203949600.html
(12.02.2020)



Querida Amazônia:

uma bomba relógio do magistério

(Bernardo Pérez Andreo)